




**XVII ENANPUR**

SÃO PAULO • 2017



# **Patrimônio Cultural e Planejamento Urbano: Reflexões sobre Intervenções Integradas no Centro de São Paulo 1989-1992**

Cultural Heritage and Urban Planning:  
Reflections on Integrated Interventions in the  
Center of São Paulo 1989-1992

*Thales Marreti, Mestrando FAU-USP,  
thales.marreti@gmail.com*

## RESUMO

Ao longo da década de 1980 pode ser observada a incorporação de novos conceitos e práticas de atuação em relação ao patrimônio cultural no Brasil. Com o alargamento do antigo conceito de monumento histórico, restrito a grandes obras edificadas e consideradas de excepcional valor histórico e artístico, nos últimos anos se opera com uma significação mais abrangente: patrimônio cultural urbano. Esta concepção de patrimônio possibilitou uma aproximação entre os campos da preservação, junto com seus órgãos responsáveis, e o do planejamento urbano. O presente artigo tem como objetivo uma reflexão sucinta de alguns processos e projetos que buscaram aliar intervenções urbana à questões patrimoniais na cidade de São Paulo. Foram identificadas propostas de projetos de intervenção no centro da cidade durante a gestão de Luiza Erundina na prefeitura, que buscavam justamente conciliar a questão patrimonial com o planejamento urbano. O projeto de restauro do Palácio das Indústrias; o Projeto Eixo Sé---Arouche; a Operação Urbana do Vale do Anhangabaú e o Concurso Nacional de Ideias para a Renovação e Preservação do Bexiga, foram sobretudo planos e obras que compartilharam uma visão política de cidade porém operalisaram---na a partir de diferentes processos e instrumentos.

**Palavras Chave:** Planejamento Urbano; Patrimônio Cultural; Direito à Memória; Cidadania Cultural; São Paulo.

## ABSTRACT

Throughout the 1980s, it was possible to observe the incorporation of new concepts and practices in relation to cultural heritage in Brazil. With the extension of the old concept of historical monument, restricted to large buildings considered of exceptional historical and artistic value, in recent years the tendency is to operate with a more comprehensive meaning: urban cultural heritage. This conception of heritage made possible an approximation between the fields of preservation, together with its responsible organs, and that of urban planning. This article aims at a brief reflection of some processes and projects that sought to combine urban interventions with heritage issues in the city of São Paulo. Proposals for intervention projects were identified in the city center during the administration of Luiza Erundina in the city hall, which sought precisely to reconcile the patrimonial issue with urban planning. The restoration project of the Palace of Industries; The Sé---Arouche Axis Project; The Urban Operation of the Valley of the Anhangabaú and the National Contest of Ideas for the Renovation and Preservation of the Bexiga, were mainly plans and works that shared a political vision of the city but that nevertheless that operated it from different processes and instruments.

**Keywords/Palabras Clave:** Urban Planning; Cultural Heritage; Right to Memory; Cultural Policy; Cultural Democracy.

## INTRODUÇÃO

A preocupação com a proteção do patrimônio cultural urbano sempre esteve presente nas pautas de reivindicações urbanas. Na cidade de São Paulo podemos observar, desde a década de 1980, um aumento de ações de movimentos de moradores em torno do tombamento de parques, dos chamados bairros---jardins e de exemplares da arquitetura modernista. Em anos mais recentes tivemos a organização de grupos de frequentadores do Cine Belas Artes contra seu fechamento em 2011, que culminou no tombamento pelo Condephaat em 2012; a insurgência de um movimento em defesa da criação do Parque Augusta; e a discussão dos possíveis usos de uma Vila Itooró restaurada. A questão patrimonial está, portanto, intrinsecamente relacionada com a questão do direito à cidade, sendo que constitui uma das bases reivindicatórias de poder se apropriar criativamente de bens construídos que são socialmente valorizados como indicadores da memória.

Autores como Figueiredo (2014), Lino (2010) e Souza (2011), abordam algumas questões relativas a atual situação dos mecanismos de preservação presentes na cidade de São Paulo, além de alguns paradoxos relativos às suas aplicações. Com o alargamento do antigo conceito de monumento histórico, restrito a grandes obras edificadas e consideradas de excepcional valor histórico e artístico, nos últimos anos se opera com uma significação mais abrangente (Choay, 2001). Atualmente patrimônio cultural urbano, como aponta Ulpiano Bezerra de Menezes, deve ser considerado como

“(...) um sistema de objetos socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações de um ambiente urbano (...) Trata---se de paisagens, espaços, construções, objetos móveis também, cujo sentido se manifesta não por si, mas pelas articulações que entre si estabelecem e que lhes dá suporte (...) toda a definição de patrimônio ambiental urbano é sempre histórica e sociológica” (Menezes, 1978 apud Prata, 2013, p. 60).

Esta concepção de patrimônio possibilita uma aproximação entre os campos da preservação, junto com seus órgãos responsáveis, e o do planejamento urbano. Assim podemos observar a inclusão da preocupação preservacionista nos Planos Diretores da cidade de São Paulo, tanto de 2004 quanto de 2014. Neste último estão presentes dois principais mecanismos: as Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC) e a indicação de criação de dois Territórios de Interesse Cultural e da Paisagem (TICP). Estes instrumentos recentes de planejamento urbano juntam---se a outras formas de acautelamento mais tradicionais como o tombamento, os inventários, registros e listagens.

Inserindo no planejamento urbano as dimensões do patrimônio cultural, esta perspectiva pode auxiliar na superação da visão negativa do patrimônio cultural como um modo de “congelamento” de formas e usos, associado principalmente ao tombamento, que acaba prejudicando um efetivo reconhecimento do patrimônio cultural urbano. A questão que se coloca, portanto, seria compreender como os instrumentos efetivam---se, ou não, em ações concretas e mais ainda, como ocorrem as articulações (tensões e convergências), entre os diversos agentes e setores sociais envolvidos com suas múltiplas perspectivas políticas. Outro elemento relevante que se insere na dinâmica urbana contemporânea, e que em muitos casos se relaciona com a questão do patrimônio cultural, seriam os projetos de “revitalização” de áreas centrais.

## Muitos

“[...] projetos de revitalização urbana atuais propõem a valorização dos marcos simbólicos e históricos de áreas das cidades a partir de referenciais coletivos e comunitários. Na maioria dos casos, as revitalizações urbanas se executam sobre áreas pontuais do espaço urbano – sobretudo, áreas centrais – visando a readequação funcional (em vista de parâmetros econômicos e comerciais), o incremento de atividades de lazer e turismo e a valorização imobiliária desses locais. Por intermédio de financiamentos e parcerias com as iniciativas privadas, multiplicam-se esses projetos de revitalização urbana com base no restauro e ‘reciclagem’ de edifícios antigos. Tais revitalizações urbanas, voltadas ao incremento turístico de conjuntos urbanos e a difusão da imagem promocional de cidades, produzem resultados bastante questionáveis. Muitas vezes, esses modelos que procuram ‘passar a limpo’ áreas caracterizadas ideologicamente como degradadas, também incidem na expulsão da população que habita ou frequenta esses locais revitalizados ou, ainda, na introdução de novas atividades que acabam se tornando hegemônicas em relação às anteriores.” (Nigro, 2001, p. 34)

Se, como afirma Nigro, a maioria dos projetos de revitalização urbana “turistificam” e acabam por operar com a noção de patrimônio como monumento, mesmo incidindo sobre espaços alargados da cidade, se faz necessário analisar experiências diversas que trabalhem com outras premissas.

Para trazer estas preocupações para um plano mais concreto, o presente artigo propõe-se uma reflexão sucinta de alguns processos e projetos que partem de outras premissas distintas das supracitadas de intervenção urbana aliadas a questões patrimoniais na cidade de São Paulo. Foram identificadas propostas de projetos de intervenção no centro da cidade durante a gestão de Luiza Erundina na prefeitura, que buscavam justamente conciliar a questão patrimonial com o planejamento urbano. O projeto de restauro do Palácio das Indústrias; o Projeto Eixo Sé-Arouche; a Operação Urbana do Vale do Anhangabaú e o Concurso Nacional de Ideias para a Renovação e Preservação do Bexiga, foram sobretudo planos e obras que compartilharam uma visão política de cidade porém operaram-na a partir de diferentes processos e instrumentos.

## AS POLÍTICAS DE CIDADANIA CULTURAL E DO DIREITO À MEMÓRIA EM SÃO PAULO

Possuindo uma trajetória de militância junto aos movimentos sociais, Luiza Erundina foi eleita prefeita de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores em 1988. Sua gestão foi marcada por programas direcionados principalmente à classe trabalhadora, buscando inverter a lógica que ainda imperava de exclusão da população das decisões políticas municipais. Constituindo a primeira gestão petista na maior cidade brasileira, formou-se uma equipe de especialistas renomados em diferentes áreas para compor as secretarias municipais e órgãos correlatos, entre eles acadêmicos, técnicos especialistas e líderes de movimentos sociais.<sup>1</sup> Apesar de contar com uma forte oposição na Câmara de Vereadores, onde sua base aliada era minoritária, e internamente em seu partido (Couto, 1994), foram realizadas diversas ações que materializavam a proposta de política participativa da gestão. Exemplos de políticas são a

<sup>1</sup> Para citar alguns nomes: Paulo Freire, secretário da Educação; Carlos Neder, secretário da Saúde; Hélio Bicudo, secretário dos Negócios Jurídicos; Lucio Gregori, secretário de Transportes; e Ermínia Maricato, secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

construção de habitações de interesse social por mutirões autogeridos, a criação dos Movimentos de Alfabetização, a modernização da frota de ônibus municipal e na área da cultura a implementação da política de Cidadania Cultural.

A Secretaria Municipal de Cultura (SMC) foi comandada pela filósofa Marilena Chauí, indicando a diretriz política adotada pela Secretaria como sendo

“a ideia e a prática da Cidadania Cultural que define a cultura como direito do cidadão e determina esse direito sob três aspectos: como direito de acesso à informação e de fruição da criação cultural; com direito de produção das obras culturais; e como direito de participação nas decisões de política cultural.” (Chauí, 1992, p.39).

Esta visão ampliaria o entendimento tradicional de cultura – identificado principalmente com as belas-artistas e a arte dita “erudita” –, operando assim com dois sentidos. Em primeiro lugar como um fato ao qual todos possuem direito como agentes, e, em segundo, como um valor ao qual todos possuem direito, encontrando-se “numa sociedade de classes que exclui uma parte de seus cidadãos do direito à criação e à fruição das obras de pensamento e das obras de arte.” (Chauí, 1992, p.39).

“A estruturação do projeto da Secretaria partiu da recusa de três posturas encontradas das formulações das políticas culturais brasileiras: a recusa à cultura oficial (Estado Novo e ditadura militar, a partir de 1964), segundo a qual o Estado coloca-se como produtor de cultura; a recusa à tradição populista (anos 50 e 60), segundo a qual os órgãos públicos de cultura atuam como agentes da ‘salvação sociopolítica’ que, ao ‘resgatar’ a cultura popular, polarizada em relação à cultura de elite, e após reelaborar seus significados, devolve-a para a sociedade com significados distorcidos, como o de ‘redenção’ dos valores do mercado cultural; e, finalmente, a recusa à tradição neoliberal (a partir dos anos 80) que propõe um Estado mínimo no campo da cultura, e guia sua atuação pela dinâmica da indústria e do mercado, transformando a cultura num ‘bom negócio’” (Kara José, 2007: 92)

A partir das diretrizes estabelecidas e das recusas às tradicionais políticas culturais, a SMC procurou ampliar seus horizontes de atuação. Buscou-se novas possibilidades através de sua inserção no cotidiano da vida social, por compreender que dentro de uma sociedade de classe se operava uma desvalorização desta esfera.

“Compreende-se (embora não e justifique) a desvalorização do trabalho, associada a um alto padrão de desperdício, numa sociedade que ainda tem muito o que fazer para superar sua herança escravocrata. O desprezo pela função de habitar tem a ver com a exclusão da cultura no horizonte do cotidiano e se agrava em relação ao trabalho (...) Quanto ao cotidiano, observa-se, ainda, o desconforto inconsciente que ele provoca, já que, muito mais do que inofensiva repetição de si mesmo no dia a dia, ele é por excelência a instância em que concretamente se instituem as relações sociais, em que as práticas sociais dão corpo a corpo e efeito aos interesses em jogo.” (Menezes, 2006: 37)

Através desta visão de cultura tentou-se uma aproximação da Secretaria de Cultura com as discussões de política urbana – um desejo político expressado tanto por Chauí quanto pelos técnicos da divisão de Preservação do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH). A inserção de fato se deu pela participação da SMC nas discussões de outras secretarias municipais diretamente ligadas ao planejamento urbano e realização de obras – Secretaria do Planejamento, da Habitação,

Departamento de Parques e Áreas Verdes, Departamento de Uso do Solo e a Empresa Municipal de Urbanização.

“As contradições e as fronteiras tênues entre preservação e, por exemplo, o zoneamento, deixam claro um descompasso essencial: a problemática do patrimônio ambiental urbano – por natureza, urbanística – nunca poderia ser resolvida a contento por uma legislação de patrimônio cultural autônoma e independente de uma legislação de uso e ocupação do solo.” (Menezes, 2006: 40)

A questão cultural deveria ser contemplada dentro de todas as políticas públicas urbanas, como foi afirmado em certo momento pela própria prefeita “até o ato de asfaltar uma rua deveria ser um ato cultural” (Fenelon, 1995: 135). Esta declaração poderia ser considerada como uma confirmação do direito à participação e produção da cidade, sendo também cultural dentro de uma perspectiva antropológica de compreender a cidade como sendo um produto social.

Dentro desta perspectiva de participação democrática da classe trabalhadora nas ações desenvolvidas pela prefeitura, a questão do patrimônio cultural foi compreendida como um ponto central para o desenvolvimento da cidadania na cidade. Através do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH)<sup>2</sup>, órgão ligado à Secretaria Municipal de Cultura, buscou-se iniciar um “transbordamento do patrimônio” em outras áreas institucionais da municipalidades. Assim se instituiu o projeto Direito à Memória, cuja premissa era a luta contra

“uma sociedade destituída de cidadania em sentido pleno, se por esta palavra entendermos a formação, a informação e a participação múltiplas na construção da cultura, da política, de um espaço e um tempo coletivos. [...] Fazer com que nossa produção incida sobre a questão da cidadania implica fazer passar a história e a política de preservação e construção do passado pelo crivo de sua significação coletiva e plural. [...] A construção de um outro horizonte historiográfico se apoia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistência e projetos. [...] é necessário ter claro que o espaço da cidadania, que permite a produção histórica e de uma política democrática de patrimônio histórico, não necessita ser preenchido por um novo herói” (Paoli, 1992, p.24)

Deste modo, foram realizadas diversas ações voltadas para a produção e difusão de uma outra compreensão da memória, não mais percebida de forma una, linear, contínua e progressiva, mas uma memória entendida como plural. Memórias e histórias que pudessem revelar determinações de classe, etnia, gênero, entre outros marcadores sociais de diferença (Chauí, 2006, p.125).

“A memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social. Dado que a memória pública está sujeita a mudanças – políticas, geracionais e individuais –, ela não pode ser armazenada para sempre, nem protegida em monumentos (...)” (Huyssen, 2000: 37)

A construção destes novos sentidos era compreendida como uma prática social e deveria ser fruto de um trabalho coletivo entre o poder público e a sociedade. Assim, o projeto Direito à

<sup>2</sup> O Departamento era estruturalmente organizado em três principais divisões: a de Preservação, a de Iconografia e Museus e o Arquivo Histórico Municipal.

Memória não era concebido apenas como um convite realizado à sociedade para compartilhar, apreender ou ser educada de forma passiva sobre sua própria história, como muitos programas de educação patrimonial ainda são concebidos (Sviero, 2015). O indivíduo deveria ser um agente condutor no processo da construção coletiva da cidadania. Através desta visão um dos trabalhos desenvolvidos pelo DPH foi a realização das chamadas Oficinas da Memória. Estas eram constituídas por atividades voltadas para a socialização de conhecimentos. Nestes espaços, eram oferecidos “subsídios técnicos aos movimentos sociais e populares, no sentido de registro e preservação de sua memória, suas tradições e suas referências culturais próprias, assegurando a autonomia dos memorialistas” (Chauí, 2006, p.125). As oficinas foram realizadas em diversos coletivos e espaços da cidade, como por exemplo, com os antigos sindicalistas da antiga Fábrica de Cimento de Perus, com ex-operários de fábricas de tecelagem da Zona Leste e com antigo um movimento social pela saúde (Paoli e Almeida, 1996).

A historiadora Déa Ribeiro Felon, então diretora do DPH, esclarece a preocupação e a atuação do órgão na questão patrimonial:

“Quando propomos o debate e a reflexão sobre as políticas de patrimônio histórico, queremos tratá-lo não apenas no âmbito restrito das técnicas de intervenção ou dos critérios de identificação e preservação e seus conceitos operacionais. Para além desses aspectos, é preciso politizar o tema, reconhecendo as condições históricas em que se forjaram muitas das premissas – e articulando-as com as lutas pela qualidade de vida, pela preservação do meio ambiente, pelos direitos à pluralidade e sobretudo pelo direito à cidadania cultural. Com isso esperamos retomar um sentido de patrimônio histórico que nos permita entendê-lo como prática social e cultural de diversos e múltiplos agentes”<sup>3</sup> (Felon, 1992, p.31)

A defesa do direito à Memória e do direito à cidadania cultural, deste modo, convergem para o que o geógrafo David Harvey (2014) compreenderia como direito à cidade, como algo que não poderia ser entendido apenas como o acesso e usufruto da cidade, ao contrário, com o poder de reinventá-la, participando de suas transformações. Não pretendendo recobrir a totalidade de ações desenvolvidas no período, serão destacadas quatro casos que serão analisado a seguir com o intuito demonstrar como a política de Direito à Memória operou no centro da cidade de São Paulo.

## A BUSCA POR UM NOVO SENTIDO DE CENTRALIDADE

A decisão de se investir recursos públicos em projetos no centro da cidade de São Paulo não foi isenta de grandes debates internos na gestão Erundina. Uma parte dos militantes do PT não concordava com as propostas por compreender que o centro historicamente já havia recebido grandes investimentos públicos. Na visão destes, um governo eleito pelos trabalhadores deveria priorizar as ações nas regiões periféricas. Em contraposição, a lógica defendida por Erundina era que o centro era um espaço majoritariamente ocupado pelos setores mais pobres da população e pela classe trabalhadora que passava grande parte do dia no trabalho. O vice-presidente da Emurb na época, Robert Mac Fadden, afirmou sobre o interesse da prefeitura de investir no centro.

<sup>3</sup> Este texto se encontra no livro *Direito à Memória*, que consiste numa compilação das discussões realizadas no Congresso Internacional Patrimônio Histórico e Cidadania de 1991.

“(…) em nosso entender essa postura não era contraditória. É que o habitante da periferia trabalha no centro da cidade. E a análise desse fato proporcionou clareza ideológica que dava suporte à justificativa para investir na área central. Nesse quadro, constatamos que houve um equívoco na gestão Mário Covas, que abandonou o centro da cidade, sob o entendimento, errôneo, de que aqui estava tudo pronto e seria melhor, portanto investir na periferia. A administração dele não percebeu que os moradores de uma metrópole como São Paulo ocupavam a cidade dinamicamente: de dia, em um lugar; à noite, em outro” (Mac Fadden, 1991: 52)

O objetivo de intervir no centro era, para além de garantir um espaço com qualidade ambiental e ofertas culturais acessíveis no cotidiano da população, garantir uma presença simbólica do poder público na região.

O centro da cidade de São Paulo passou por um intenso processo de transformação de sua morfologia urbana desde o início do século XX, momento em que também pode ser verificado na cidade uma constante migração espacial de atividades e capitais financeiros. No centro desde os anos 20 já é possível observar este fluxo, quando a ocupação urbana extrapola os antigos limites do triângulo histórico – centro velho –, e passou para outro lado do vale do Anhangabaú, no atualmente chamado centro novo. Deste modo é possível verificar na história urbana da cidade a expansão dos capitais imobiliários, juntamente com a elite, sempre rumando para a região sudoeste (Frúgoli Junior, 2000). Centro Velho, Centro Novo, Higienópolis, região da Avenida Paulista, Avenida Faria Lima e finalmente Avenida Berrini e Morumbi. Neste movimento espacial de capitais financeiros, investimentos públicos e da própria elite para bairros distantes do centro, este passou a ser ocupado principalmente pelos setores mais pobres da população, que encontram no centro não só trabalho, mas locais de consumo e lazer.

O conceito de “degradação” e “decadência” do centro segundo Flávio Villaça surgiria como uma desculpa ideológica das elites em relação ao seu deslocamento para outras áreas da cidade. Esta “ideologia da degradação” segundo o autor serviria para camuflar os reais motivos do abandono do centro, a diminuição de recursos financeiros para a área, tratando os problemas como resultado da poluição, do congestionamentos e do estado deteriorado das construções (Villaça, 1989). A solução encontrada pelos governos municipais a partir da década de 1970 estava ancorada da ideia de “revitalização” urbana. O principal plano de revitalização realizado nesta década foi durante a gestão de Olavo Setúbal (1975---1979). O plano previa a intervenção em vários bens no centro a fim de torna--lo mais atrativo à investimentos privados. As obras mais significativas foram a construção dos calçadões no centro velho (ruas Direita, São Bento, Álvares Penteado, entre outras), das praças do metrô (Sé, República e São Bento) e as restaurações do Edifício Martinelli, do Viaduto do Chá e do Pátio do Colégio.

“Apesar de denominado ‘plano’, as iniciativas realizadas não chegaram a configurar propriamente um conjunto integrado de intervenções voltadas para um centro como um todo. Tratou--se de uma série de obras pontuais que tinham como objetivo atrair para a área central os interesses que haviam migrado para outras regiões da cidade. (...) Outro aspecto crítico no Plano de Revitalização do Centro residiu na total ausência de preocupação com a população residente na região, explicitada de forma cabal com a intervenção realizada no Edifício Martinelli, em que a população encortçada foi totalmente removida (...), Não se falava diretamente na troca de população, mas em nenhum momento a questão habitacional foi abordada.” (Kara José, 2007: 52).



Nas gestões seguintes o número de propostas diminuiu consideravelmente, fato em parte causado pelo impacto da crise econômica vivenciada no Brasil a partir do final da década de 1970. Durante a gestão de Reynaldo de Barros (1979---1982), destaca---se o projeto de reurbanização do Vale do Anhangabaú, de autoria de Jorge Wilhelm e Rosa Kliass, realizado apenas parcialmente e retomado posteriormente na gestão Erundina. Na gestão Mario Covas (1983---1985), os ganhos mais significativos relacionados à preservação foram a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – Conpresp<sup>4</sup> –, na promulgação da Lei de Transferência de Potencial Construtivo<sup>5</sup>.

A eleição de Jânio Quadros (1986---1988), pode ser considerada um retrocesso em vários aspectos no plano urbanístico. A atenção da prefeitura concentrou---se nas grandes obras viárias e em ações que acentuaram a segregação socioespacial (Kara José, 2007). No campo da preservação, apesar da promulgação de uma lei<sup>6</sup> que concedia descontos no IPTU para proprietários que restaurassem imóveis dentro de um perímetro estabelecido no centro, as ações de despejo de populações encortçadas foram bastante frequentes. A mais notável destas ações foi realizada nas ruas da Assembleia e Jandaia, aonde um conjunto de casas foram demolidas para a construção de uma alça viária da avenida 23 de Maio, revelando posteriormente um conjunto de arcos estruturais que foram alcunhados na época de “arcos do Jânio”.

“A priorização desse tipo de intervenção urbana gerou vários conflitos em torno da preservação do patrimônio histórico. Não que Jânio fosse totalmente contra a proteção ao patrimônio, já que foi em sua gestão que o Conpresp foi realmente instalado, e que foi realizado primeiro tombamento em esfera municipal. Tratava---se, no entanto, de uma visão muito particular sobre o que devia ou não ser preservado, explicitada através de medidas autoritárias. (...) Em sua postura autoritária, o prefeito não apenas vetava o debate sobre a intervenção nos bairros da área central, mas associava a destruição do patrimônio com limpeza social, no moldes das operações americanas de renovação urbana.” (Kara José, 2007: 70).

As intervenções propostas para o centro durante o governo Erundina procuravam trabalhar com uma visão de “revitalização” distinta daquelas empreendidas nas administrações anteriores, embora algumas das propostas levaram este termo elas não operavam com a concepção de espaços degradados e/ou esvaziados de pessoas e significados conforme foram entendidos.

## PROJETOS E PROCESSOS

Um primeiro movimento de retomada do centro pelo governo Erundina foi a decisão de transferir a sede administrativa para Palácio das Industrias, localizado do Parque D. Pedro II, movimento enquadrado dentro da ideia de restaurar também uma “centralidade simbólica do poder” (Fenelon: 1995). O centro da cidade foi a partir da década de 1960 perdendo as sedes dos poderes administrativos. A primeira a deixar o centro foi justamente a prefeitura que em 1961 foi transferida para o Pavilhão Padre Manuel da Nobrega no parque do Ibirapuera. Em 1965 é a sede do governo do estado que é transferida do antigo Palácio dos Campos Elísios,

<sup>4</sup> Lei 10.032, de 27 de dezembro de 1985.

<sup>5</sup> Lei 9.725, de 02 de julho de 1984.

<sup>6</sup> Lei 11.773 de 1985.

localizado no bairro homônimo, para o novo Palácio do Bandeirantes no bairro do Morumbi. E em 1968 Assembleia Legislativa é transferida do antigo Palácio das Indústrias para o Palácio 9 de Julho no Parque Ibirapuera.

O projeto de restauração do Palácio das Indústrias<sup>7</sup> foi realizado pela arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi. Além da restauração era prevista a demolição do viaduto Diário Popular, a construção de uma nova ala e a recuperação do parque D. Pedro II. O objetivo das intervenções era a criação de um novo espaço público, onde a população era convidada a frequentar a sede da municipalidade.

“A Nova Ala será, com suas modernas instalações, o centro vital da Prefeitura da cidade, com sua forma de ‘êxedra’, aberta do lado da cidade com grande fachada de vidro; o lado voltado para o parque não tem abertura nenhuma, constituindo-se num grande ‘jardim-vertical (...)’, enquanto o Palácio não será como são em geral os edifícios de administração pública que impedem a participação da vida popular em um ambiente que, afinal, é dedicado a ela.

Terá, então, áreas para a recreação infantil como teatro de bonecos, música, merenda, etc., grande restaurante-choperia, área de exposições variadas, auditório. Enfim, toda a Nova Prefeitura será aberta à visitação pública” (Bardi, 2009: 178)

A finalização das obras de restauração só ocorreu no final da gestão de Erundina, sendo o seu sucessor Paulo Maluf (1993-1996) o primeiro ocupante da nova sede administrativa do município. A demolição do viaduto Diário Popular chegou a ser iniciada, porém por determinação da Justiça as obras foram suspensas, Maluf iria posteriormente “restaurar” o viaduto e cercar a área envoltória do palácio (Fenelon, 1995), não dando continuidade aos planos previstos, deste modo a nova ala projetada não foi construída.

O Projeto Eixo Sé - Arouche<sup>8</sup> foi idealizado com o objetivo de melhorar as condições dos espaços públicos e da paisagem urbana de um eixo viário que ia da Praça da Sé ao Largo do Arouche, propondo a criação de uma linguagem de intervenção urbanística contínua entre o centro velho e o centro novo, bem como um diálogo com as intervenções urbanas que estavam sendo realizadas no Vale do Anhangabaú. Inspirando-se na experiência do Corredor Cultural<sup>9</sup> do Rio de Janeiro, o projeto Sé-Arouche propôs a criação de parcerias com os moradores, usuários e proprietários de imóveis da região para recuperar e manter os imóveis de valor histórico-cultural (Sant’Anna, 2004).

“A tentativa de se construir um caminho de cooperação entre o poder público e a iniciativa privada visava, mais do que a obtenção de recursos, à instauração de um processo democrático e participativo de intervenção que tivesse como fruto o envolvimento dos proprietários com a preservação, no futuro, das melhorias realizadas.” (Kara José, 2007: 83)

---

7 Durante a gestão Erundina também foram restaurados no centro da cidade o Teatro Municipal, a Biblioteca Mario de Andrade, a Casa nº1, a Casa da Marquesa de Santos, a Casa das Retortas e o edifício Ramos de Azevedo.

8 Instituído pelo Decreto 29.851 de 21 de junho de 1991 e realizado em conjunto com diversos órgãos municipais, entre eles o DPH, a Secretaria de Habitação, a Comissão de Proteção à Paisagem Urbana e a Administração Regional da Sé.

9 O Corredor Cultural é um projeto da municipalidade do Rio de Janeiro e foi criado em 1983, no qual a preservação do patrimônio é incentivada através tanto de mecanismos de ordenamento urbano quanto de incentivos fiscais a proprietários de imóveis interessados voluntariamente em participar do programa.

O processo realizou uma campanha de convencimento dos proprietários, sendo ofertados em troca da adesão descontos no IPTU. O projeto foi apenas parcialmente completado, sendo que as intervenções mais significativas ocorreram na avenida Vieira de Carvalho e no Largo do Arouche. Nestes locais os comerciantes “arcaram com os custos de remanejamento de anúncios, recomposições de fachadas e doação de plantas. As demais intervenções, como recomposição de calçadas, substituição de iluminação e paisagismo, ficaram a cargo da Prefeitura” (Sant’Anna, 2004). O projeto foi interrompido no final da gestão.

Importante ressaltar que para além dos motivos ideológicos da admiração petista houve também uma pressão importante de um grupo de empresários da região central para que fossem retomados investimentos públicos na região e que desta forma pudesse ser contida a fuga de empresas para outras regiões da cidade. Este grupo de empresários, capitaneados pelo então presidente do Bank Boston, Henrique Campos Meirelles, fundaram a Associação Viva o Centro<sup>10</sup> em 1991. Inspirando-se na requalificação – termo inclusive incorporado em detrimento de revitalização – do Quincy Market na área central de Boston, a associação manteve-se bastante ativa durante o período e foi uma das principais articularas entorno do projeto de reurbanização do Vale do Anhangabaú (Frúgoli Junior, 2000).

O projeto de reurbanização do Vale do Anhangabaú iniciado durante o governo de Reynaldo de Barros foi retomado durante a gestão Erundina, porém com algumas modificações. A primeira ação feita foi a renegociação dos contratados firmados nas gestões anteriores, o que possibilitou uma redução de cerca de 40% dos custos (Mac Fadden, 1992). A segunda alteração foi uma modificação no sistema de circulação do projeto original (que previa a construção de um viaduto sobre o vale), sendo este eliminado por ser considerado desnecessário.

Diante da falta de recursos financeiros municipais para a conclusão das inúmeras obras previstas para o centro, a prefeitura implementou um novo instrumento urbanístico: a Operação Urbana Anhangabaú<sup>11</sup>. A leitura positiva que a Emurb fazia das vantagens deste instrumento estaria em seu suposto autofinanciamento

“(...) fazendo com que os empreendedores paguem por uma obra de seu interesse, sem destinar ‘recursos públicos para uma obra que não é uma prioridade social para cidade.’ Em tese, seria essa a parceria: o poder público atua como ‘indutor’ ou ‘regulador’, participa da valorização que concede ao setor privado através dos incentivos ao receber como contrapartida parte dos ganhos adicionais, utiliza esses recursos para pagar as obras de melhoramento no próprio local, e assim o setor privado custeia os investimentos urbanos que são de seu próprio interesse.” (Fix, 2001: 78)

Eram previstos três mecanismos para incentivar os investimentos privados e assim obter recursos para as obras da prefeitura:

“O primeiro criou a possibilidade de flexibilização da legislação vigente, e, conseqüentemente um maior aproveitamento do solo e a regularização de intervenções, em troca do pagamento de uma contrapartida financeira ao município. O segundo instituiu a transferência do potencial construtivo de imóveis de valor histórico para outras zonas da cidade, condicionadas à

<sup>10</sup> Associação Viva o centro – Sociedade Pró-Revalorização do centro de São Paulo.

<sup>11</sup> Lei nº 11.090/91.

restauração do bem preservado, e o terceiro possibilitou a cessão onerosa de espaço aéreo e subterrâneo na área delimitada.” (Sant’Anna, 2004)

Porém, a participação do setor privado não verificou-se. A prefeitura teve que arcar com investimentos próprios, e muitas das propostas de intervenção que seriam financiadas através desta operação, acabaram não sendo realizadas. Uma das possíveis interpretações da falta de interesse do mercado imobiliário na Operação seria a sua menor rentabilidade em relação a outras áreas da cidade. A escolha de utilizar-se a Operação Urbana como forma de obtenção de recursos extras pela prefeitura foi bastante criticada pela base política da gestão, que compreendiam a operação como uma aliança da prefeitura com os interesses do mercado financeiro.

Criado em 1989, o Concurso Nacional de Ideias para a Renovação e Preservação do Bexiga, foi uma iniciativa da Prefeitura Municipal de criar uma nova prática de intervenções urbanas, através de uma experiência local. No edital publicado no Diário Oficial do Município<sup>12</sup> foram descritas algumas de suas premissas:

“O Concurso [...] será o exercício de novas relações entre o poder institucional e os cidadãos, onde a prática da democracia caminhará no sentido da afirmação da cidadania enquanto o fazer a cidade. [...] A ideia é que a cidade é dos cidadãos e deve ser “construída” por eles. Isso traz como consequência que o processo de reurbanização proposto deve ter como ponto inicial a manutenção de seus atuais moradores e trabalhadores na área, se essa for a vontade expressa de cada um deles. [...] A figura de consulta à população deve avançar para um amplo processo de participação e deliberação, que apontará as características a serem adotadas para a evolução da área em questão, em suas várias esferas.”(DPH, 1990, p.11)

A iniciativa apresentou-se como uma proposta inovadora dentro das políticas urbanas, possuindo como singularidade a participação direta da população afetada – moradores, trabalhadores e proprietários de imóveis na região, desde a formulação dos requisitos que entrariam no edital de convocação das propostas até a eleição final.

O processo foi constituído por várias etapas. Foram realizados dez seminários e debates públicos com a população para definir as demandas locais que deveriam ser trabalhadas pelos grupos concorrentes. Estes debates temáticos<sup>13</sup>, que contaram com a exposição de vários profissionais ligados as questões urbanas bem como lideranças locais, foram realizados entre outubro e dezembro de 1989 em diversos estabelecimentos no bairro. No final desse ciclo de debates o DPH compilou as discussões, junto com outros materiais relativos ao concurso, num volume impresso<sup>14</sup> que foi entregue aos grupos participantes servindo como subsídio para a elaboração das propostas. As equipes participantes, trinta no total, entregaram os trabalhos em junho de 1990. Os trabalhos então foram analisados por um Júri de

<sup>12</sup> Diário Oficial do Município de São Paulo, nº 116, 24 de junho de 1989.

<sup>13</sup> Os temas dos debates foram: Quem são os donos do Bexiga?; Bairro central; A memória do Bexiga; O Bexiga do futuro; O desenho do Bexiga; O bexiga dia e noite; O público e o privado; A gestão da cidade; Viabilidade de um plano; e Transformação e preservação.

<sup>14</sup> O volume intitulado “A Cidade, O Homem – uma identidade” contém além das discussões compiladas, o regulamento e o edital do concurso, bem como um texto sobre a história do bairro, o zoneamento vigente da cidade, os dados demográficos do bairro e 11 mapas da área definida para o concurso.

Profissionais<sup>15</sup> que deveria verificar se os projetos se adequavam tanto ao edital quanto ao regulamento do concurso e por fim escolher entre três e cinco melhores projetos, que iriam ser postos à votação popular. Após a escolha de apenas três projetos finalistas estes foram esquematizados de forma didática através de uma cartilha distribuída aos moradores, que continha também uma cédula de votação com oito itens e um espaço para sugestão da primeira área que deveria receber as melhorias propostas.

O quarteirão da Igreja de Nossa Senhora de Achiropita foi o escolhido pela votação para servir como modelo das propostas de intervenção. Os três grupos foram definidos por cores – equipe azul coordenada pela arquiteta Amélia Reynaldo<sup>16</sup> de Recife/PE; equipe vermelha coordenada pelo arquiteto José Moraes de São Paulo capital; e equipe amarela coordenada por Demetre Anastasakis de Rio de Janeiro capital. As equipes poderiam apresentar até seis pranchas que ficariam em exposição, contemplando os seguintes aspectos: Conceituação geral, plano físico-- territorial, instrumentos jurídicos, intervenções pontuais e viabilização das propostas. “Todas as equipes premiadas organizaram o trabalho de forma similar, abordando ainda uma leitura crítica aos diversos tipos de planejamento, a caracterização do bairro e a explanação da metodologia utilizada” (Rodrigues, 2007, p.92). A equipe azul foi vencedora em todos os 8 itens avaliados pela população, porém o Júri resolveu premiar equitativamente os três finalistas, apontando que nenhum dos projetos teria conseguido alcançar todos os objetivos, julgando portanto as três propostas de intervenção como sendo complementares.

Os conflitos de opiniões e interesses sobre os destinos que o bairro deveria trilhar estiveram presentes durante toda a realização do Concurso. Dúvidas sobre a situação dos moradores encortçados, a possibilidade de se construir um calçadão de pedestres na Treze de Maio e o que deveria ser feito com as edificações antigas. Nos boletins informativos sobre os andamentos dos debates que foram entregues à população podemos observar algumas destas opiniões. Terezinha Ramos, moradora do Bexiga, comenta: “Tenho muito medo que essa reurbanização que estamos começando a debater abra espaço para a especulação imobiliária e em consequência disso o Bexiga perca suas características.”<sup>17</sup> A preocupação da perda de identidade do bairro também é preocupação de Josefina Scharanti “Nós italianos e descendentes de italianos, já vimos o bairro ser parcialmente descaracterizado com a invasão dos nordestinos. [...] Creio que o Bexiga pertença aos italianos e os nordestinos deveriam viver na periferia.”<sup>18</sup> Maria Aparecida Neves, costureira e moradora de um cortiço teme por sua expulsão “Entendo que alguma coisa deva ser feita para alterar esta realidade, mas temo que na mudança sejamos os principais prejudicados.”<sup>19</sup>

Como comenta Cristina Rodrigues “O processo democrático de elaboração das bases deste concurso jamais foi repetido. A seriedade e respeito com que o objeto de intervenção foi tratado é um caso único. ” (Rodrigues, 2007, p.97). A autora também aponta que mesmo contando com ampla divulgação a participação da população foi bastante tímida – um total de 892 votos. Talvez justamente por seu ineditismo, por não haver até o momento

<sup>15</sup> O júri era composto por: Antônio Carlos Sant’Ana, arquiteto---COHAB; Otília Arantes, filósofa---USP; Aziz Ab’Saber, geógrafo---USP; Benedito Lima de Toledo, arquiteto---USP; José Paulo de Bem, arquiteto---EMURB; Ruth Zein, arquiteta---Revista Projeto; Ulpiano Bezerra de Menezes, antropólogo---Museu Paulista; Joaquim Guedes, arquiteto---USP; e Edgar De Decca, historiador---UNICAMP.

<sup>16</sup> A arquiteta e urbanista havia sido coordenadora da primeira fase do Projeto de Reurbanização do Bairro do Recife, realizado durante a gestão de Jarbas Vasconcellos entre 1986 e 1988.

<sup>17</sup> Boletim nº1, primeira quinzena de novembro de 1989.

<sup>18</sup> Boletim nº2, de 9/11 a 17/11/89.

<sup>19</sup> Boletim nº3, de 21/11 a 31/11/89.

experiências de democracia participativa na cidade. O concurso apesar de ter sido considerado inovador não teve suas ideias colocadas em prática. O projeto de lei enviado à Câmara de Vereadores contendo suas resoluções não chegou a ser votado e com a eleição de Paulo Maluf em 1993 foi “colocado na gaveta”.

## CONSIDERAÇÕES

A gestão de Luiza Erundina pode ser simbolizada como uma importante referência em políticas urbanas associadas a preservação do patrimônio cultural, tanto pelo elevado número quanto pela qualidade das propostas de intervenção na área central, que pautaram a melhoria do ambiente e a valorização do patrimônio cultural, priorizando sobretudo a população que ocupava a região: moradores, trabalhadores e proprietários de imóveis. Além das quatro intervenções descritas, foram realizadas outras como a qualificação do Bulevar da avenida São João, o aprofundamento da pauta da criação de habitação de interesse social e a restauração de inúmeros bens significativos, como Teatro Municipal e a Biblioteca Mario de Andrade. Diante deste cenário tecemos alguns comentários que achamos importantes para o fomento do debate em torno das tentativas conciliar a um só tempo o planejamento urbano e a preservação do patrimônio cultural na cidade de São Paulo.

Pode-se verificar que apesar da quantidade expressiva de intervenções nunca houve um plano integrado para o centro. Talvez esta ausência tenha influenciado a concepção de diferentes abordagens que foram propostas, evidenciadas sobretudo nos quatro casos apresentados. Embora todas se aproximem por terem um caráter intersetorial e possuírem uma preocupação com a questão patrimonial como um dos elementos centrais, elas acabam distanciando-se principalmente por conta dos métodos utilizados.

A utilização de um bem simbólico como um recurso para transformação de seu entorno; um processo de consulta e discussão com proprietários visando uma parceria para transformação urbana; a utilização de um instrumento jurídico-urbanístico que garantiria uma parceria com o setor privado; e finalmente, a criação de um concurso público que incluía a participação da população –podem revelar uma tentativa de buscar-se novas possibilidades de intervenção urbana mas também revelam certas ambiguidades da gestão diante das demandas de diferentes setores sociais. Esta ambiguidade pode ser explicada pelas diferentes visões dos diversos atores que compunham tanto o governo quanto a própria sociedade. A sociedade nunca é uma, tampouco o Estado, sendo importante lembrar que a própria preservação de bens construídos é uma prática sociocultural de valor político e heterogênea, por conseguinte não possui um caráter intrinsecamente conservador ou progressista, pois sua realização tende a reproduzir as contradições da vida social (Arantes, 1987, p.53). Sendo objeto de práticas sociais, a preservação é resultado de conflitos entre inúmeros agentes que muitas vezes possuem interesses díspares.

Deste modo podem ser observados conflitos internos à própria gestão, demonstrando que a aproximação da Secretaria da Cultura com as instâncias responsáveis pelas intervenções urbanas não ocorreu sem atritos, como demonstra Déa Fenelon:

“As discussões sobre o que é o direito a memória, o que é cidadania cultural não foram fáceis se ser levadas dentro da perspectiva do governo e da administração, até porque a questão do patrimônio e da preservação é uma discussão que se realiza quase que exclusivamente no meio

acadêmico, no meio técnico, nas grandes discussões de política” (Fenelon, 1995: 141).

No Concurso do Bexiga a decisão do DPH de abrir o processo de tombamento<sup>20</sup> de parte do bairro também não foi bem recebida pelos técnicos da Emurb. A coordenadora do concurso, Célia da Rocha Paes, afirmaria em entrevista “A decisão de se tomar o Bexiga cria obstáculos para os projetos. Esta iniciativa paralela não é muito saudável” e ainda segundo a arquiteta esta medida criou uma incongruência “Se a prefeitura defende que a população decida o que fazer com o bairro, como essa decisão poder ser tutelada?”<sup>21</sup> Em resposta Déa Fenelon, diretora do DPH, afirmaria que “A intenção é respeitar os trabalhos de preservação que estão sendo apresentados”<sup>22</sup>. De todo modo, pode-se afirmar que de fato se criou-se uma incongruência dentro dos objetivos do concurso, que procurava justamente formular, entre outros objetivos, formas alternativas de preservação.

Além das disputas dentro da gestão houveram também desencontros dentro do próprio Partido dos Trabalhadores bem como demonstrações de resistência por parte do judiciário e da Câmara dos Vereadores, que atrasaram muitas vezes as votações dos projetos de lei que implementariam as mudanças (Kara José, 2007). O cenário político e econômico brasileiro no final da década de 1980 era bastante paradoxal, se por um lado o processo de redemocratização alimentava grandes discussões sobre novas possibilidades de atuação política e exercício da cidadania, por outro o processo de abertura econômica e a implementação de uma agenda neoliberal trazia incertezas e dificuldades de uma efetiva implementação das políticas sociais conquistadas. Ao assumir o cargo, Luiza Erundina encontrou os fundos da prefeitura bastante debilitados em decorrência dos gastos abusivos e empréstimos feitos em gestões anteriores, não havendo verbas suficientes para concluir o que fora proposto. A tentativa de utilização das operações urbanas, por exemplo, foi um dos meios apontados para a resolução da questão financeira, porém, não tiveram sucesso, como foi demonstrado no caso do Anhangabaú.

A relação com o setor privado também demonstra certas ambiguidades. Se a prefeitura fomentou o incentivo à participação de empresários em projetos como o do Eixo Sé--Arouche ao mesmo passo que negociou com o setor empresarial sua participação na Operação Anhangabaú e no Concurso do Bexiga, buscando governabilidade, como aponta Couto (1996), em outros momentos, por questões ideológicas, este setor foi visto com desconfiança, operando como um dos grandes obstáculos para efetuaram-se as políticas de ampliação da cidadania pretendidos pela gestão. Segundo Marilena Chauí, uma política efetiva de preservação do patrimônio ambiental urbano encontraria fortes obstáculos em São Paulo, principalmente por uma forte resistência dos empresários em aderirem ao programas de preservação propostos. Os protestos de proprietários e especuladores imobiliários, que dominam as pautas políticas em favor de seus interesses privados, contra a preservação, se dá justamente por esta ser considerada antagônica a seus anseios (Chauí, 1992, p.38).

As realizações da prefeitura no centro da cidade e as dificuldades de implementa--las podem ser observadas conforme o comentário do presidente da Emurb, José Vitor Soalheiro Couto, na

<sup>20</sup> A abertura do processo se iniciou em 1990, resolução nº11/1990, sendo parte bairro tombada pelo CONPRESP através da resolução nº22 de 2002.

<sup>21</sup> Jornal Folha de São Paulo, 21 de novembro de 1990.

<sup>22</sup> Jornal Folha de São Paulo, 04 de novembro de 1990.

revista Políticas e Obras Fortalecem Cidadania, publicação que fazia o balanço das realizações do órgão

“Nossa capacidade de pensar as coisas que deveriam ser feitas na cidade é sempre maior do que a real capacidade de fazer. Os orçamentos não acompanharam os sonhos. Não tivemos, ao longo dessa gestão, aporte de recursos de outras esferas do governo ou aporte internacional. Além disso, encontramos uma empresa demolida, colocada no chão. Então, a necessidade de fazer muitas coisa simultaneamente implicou extraordinária carga de trabalho, tanto para a direção da empresa quanto para o conjunto do pessoal. O importante é que houve avanço na compreensão da gestão de uma empresa pública, colocada a serviço dos interesses da cidade. Jamais dos interesses de grupos.” (Couto apud Patarra, 1996:565)

Para Marcia Sant’Anna a década de 1980 acabou definindo-se como “(...) o período em que mais se produz discurso sobre o problema da preservação do espaço urbano. Os avanços concretos foram, entretanto, muito poucos. (...) O que poderia ter sido um momento rico em soluções, capaz de inaugurar, de fato, uma nova prática, caracterizou-se apenas como uma fase de ebulição ” (Sant’Anna, 1995: 226). Esta afirmação entra em consonância com uma fala de Roberto Mac Fadden extraída de entrevista concedida à Mariana Fix;

“(...) um dos problemas da esquerda é justamente o fato de não conseguir implantar os planos que por ela são elaborados: foi a gestão seguinte (Maluf) que pôs em prática os projetos urbanos do PT, como as Operações Urbanas Faria Lima e Água Esprada, mas de forma distorcida, ou seja, com a suspensão dos fins sociais. (...) é característico o fato de os governos de esquerda usarem as empresas públicas como ‘empresas de pensamento’ e os governos de direita as usarem como “instrumentos de ação”” (Mac Fadden in: Fix, 2001: 81)

Estas duas declarações mostram-se bastante interessantes quando nos deparamos com as intervenções propostas pela gestão Erundina: se elas possuem um lado bastante inovador tanto em suas concepções quanto nos instrumentos utilizados, por outro lado acabaram muitas vezes não logrando o resultado esperado. É igualmente relevante notar o alto número de intelectuais e acadêmicos que compuseram os postos de comando dos órgãos municipais e no caso do Concurso do Bexiga também no corpo de jurados. Apesar do presente artigo não ter tal pretensão seria importante lançar para o debate a reflexão acerca das posições que ocupam estes atores e as suas relações de aproximação ou distanciamento com outros setores da sociedade (políticos e civis), bem como entre os saberes acadêmicos e os corpos técnicos da prefeitura. De todo modo a incorporação desses intelectuais pela administração municipal pode ser destacada pelo alto nível da produção teórica das políticas desenvolvidas. Através de uma simples análise do léxico utilizado nas políticas analisadas -Cidadania Cultural, Direito à Memória, Oficinas da Memória, etc -, percebe-se uma vontade política de garantir espaço para demandas de setores sociais historicamente marginalizados.

“O principal foco das abordagens que tratam o ‘espaço público’ como esfera pública recai nas formas de participação política e organização da sociedade civil no interior do debate sobre democracia e construção da cidadania. (...) De forma semelhante, as análises que utilizam o termo “espaço público” como espaço urbano desenvolvem, na outra ponta do mesmo debate, a mesma angulação analítica em torno dos mesmos temas que têm marcado a face excludente e autoritária da formação social brasileira: enfocando a dimensão espacial da desigualdade social, essas análises recuperam o sentido de lugar e a dimensão pública do espaço



urbano, traduzidos nas distintas formas de ocupação dos espaços da cidade, na construção dos territórios urbanos e dos lugares políticos que expressam as demandas de cidadania e pertencimento” (Leite, 2004: 195)

Enfim, se faz necessária a reflexão sobre possibilidades de utilização coordenada de instrumentos já existentes de acatamento com instrumentos de ordenação espacial, a fim de se alcançar uma preservação efetiva de bens culturais urbanos com um incentivo à pluralidade sociocultural inscrita no território. O tombamento é um instrumento de suma importância para a proteção de bens urbanos dotados de valores coletivos, mas não pode ser o único instrumento utilizado para este fim. Ele possui limites, seus custos políticos e sociais são bastante elevados e podem ultrapassar suas intenções, o que recomenda o uso criterioso do mesmo (Rodrigues, 1996 p.195). Isto posto, se mostra um desafio cada vez mais presente nas dinâmicas urbanas recuperar momentos e propostas de atuação inseridas nestas articulações.

Apesar das contradições observadas em algumas políticas estabelecidas, como as Operações Urbanas, a gestão de Luiza Erundina pode ser considerada como um marco no debate sobre as políticas culturais e patrimoniais realizadas no Brasil. Observa-se neste período um esforço de explorar novas metodologias de abordagem através do desenvolvimento de práticas intersectoriais voltados para às políticas urbanas e culturais, bem como a valorização dos bens e espaços públicos da cidade voltados para o aprimoramento da cidadania.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Antonio Augusto. Documentos históricos, documentos de cultura. In: Revista do Patrimônio nº22. Rio de Janeiro, SPHAN/Pró-memória, 1987.
- BARDI, Lina Bo in: Lina por escrito. Textos escolhidos de Lina Bo Bardi/ organizado por Silvana Rubino e Marina Grinover; Introdução Silvana Rubino. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH/SMC/PMSP, 1992.
- CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural: o direito à cultura. 1.ed. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. Mudanças e Crise: O PT no Governo de São Paulo. Artigo publicado In: Lua Nova: revista de Cultura e Política, nº33. São Paulo, 1994.
- DEPARTAMENTO do PATRIMÔNIO HISTÓRICO. A cidade, o homem – uma identidade. São Paulo, DPH/SMC/PMSP, 1990.
- FENELON, Déa Ribeiro. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo, DPH/SMC/PMSP, 1992.
- FENELON, Déa Ribeiro. Políticas Públicas em Centros Históricos: A experiência de São Paulo, 1989/1992. In: FILGUEIRAS, Marco Aurélio (org), Pelo Pelô: história, cultura, cidade. Salvador: Ed. UFBA/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1995.

- FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas. Tese de doutorado FAU--USP. São Paulo, 2014.
- LINO, Fernanda Noia da Costa. A preservação do patrimônio cultural urbano: fundamentos, agentes e práticas urbanísticas. Tese de doutorado Faculdade de Direito--USP. São Paulo, 2010.
- FIX, Mariana. Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Esprada. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FRUGOLI JÚNIOR, Heitor. Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- KARA-JOSÉ, Beatriz. Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo (1975-2000). São Paulo: Annablume; Fapesp. 2007.
- LEITE, Rogério Proença. Contra--Usos da Cidade – lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- MAC FADDEN, Roberto. In: Revista Projeto, nº138, fevereiro 1991.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cidade como bem cultural – áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcances do patrimônio ambiental urbano. In: Mori, V. H. [et. al.] Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: 9. SR/Iphan, 2006.
- NIGRO, Cíntia. Territórios do patrimônio: tombamentos e participação social na cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado FFLCH--USP. São Paulo, 2001.
- PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH/SMC/PMSP, 1992.
- PAOLI, Maria Celia e ALMEIDA, Marco Antonio de. Memória, Cidadania, Cultura Popular in: Revista do Patrimônio nº24. Rio de Janeiro, IPHAN/Deprom, 1996.
- PATARRA, Ivo. O governo Erundina: cronologia de quatro anos de administração do PT na cidade de São Pulo, de 1989 a 1992. São Paulo: Geração Editorial, 1996.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. A cidade, o homem, uma identidade. Material de referência do Concurso de ideias para Renovação urbana e preservação do Bexiga, 1990.
- RODRIGUES, Cristiana Gonçalves Pereira. Concursos públicos urbanos 1989-2004: projetos de fragmento da cidade. Dissertação de Mestrado FAU-USP. São Paulo, 2007.
- RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In: Revista do Patrimônio nº24: Cidadania. S1.: IPHAN/MinC , 1996.

- SANT'ANNA, Márcia. Da cidade---monumento à cidade documento. A norma de preservação de áreas urbanas no Brasil, 1937---1990. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), UFBA, Salvador, 1995.
- SANT'ANNA, Márcia. A cidade---atração: a norma de preservação dos centros urbanos no Brasil dos anos 90. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), UFBA, Salvador, 2004.
- SIVIERO, Fernando Pascuotte. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. Revista CPC, São Paulo, jun. 2015.
- SOUZA, Lara Melo. Chaminés e arranha-céus: uma abordagem sobre processos e prática da preservação na metrópole paulista. Dissertação de Mestrado FAU-USP. São Paulo, 2011.
- VILLAÇA, Flávio José M. Sistematização crítica da obra escrita pelo Prof. Dr. Flávio José Magalhães Villaça sobre o espaço urbano. São Paulo: Universidade de São Paulo/FAU, Tese de Livre---Docência.)